

Campo político e atuação militante: ativistas travestis e transexuais e o movimento LGBT (#2263)¹

André Luiz Zanão Tosta
Universidade Federal do Espírito Santo.

Abstract:

Este texto tem por objetivo analisar a influência política das organizações e coletivos constituintes do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) do estado do Espírito Santo (Brasil), na atuação das militantes e ativistas trans (travestis e mulheres transexuais). Partimos da teoria de frame analysis, a qual analisa a construção de 'quadros' cognitivos compartilhados, e como estes atuam como elementos organizadores das ações dos indivíduos para sua atuação nos movimentos sociais. Contudo, como tais quadros são gerados e modificados nas interações diretas entre as ativistas trans, e também, entre elas e os outros atores políticos envolvidos nas disputas, se faz necessário conhecer os espaços e sua importância nessa interação e construção. Desta forma, utilizamos as entrevistas com as ativistas trans do Espírito Santo em 2014, para mapear as iniciativas do movimento LGBT consideradas importantes pelas militantes. A análise do 'campo' político ajuda a compreender os espaços sociais em que ativistas formulam e trocam os conteúdos específicos que norteiam sua atuação política. A pretensão é auxiliar na compreensão dos formatos empregados de ação coletiva pelos movimentos sociais e como estes interferem na articulação entre ativistas e na formulação das agendas de direitos. Por conclusão, não pretendemos uma nova síntese teórica, mas discutir a viabilidade de realizar uma análise na qual recorreremos a teoria praxeológica ('campo' social estruturado e estruturante) e a teoria interacionista ('quadros' cognitivos compartilhados), devido à complexidade do objeto.

Introdução:

Como a mobilização política, o ativismo, transforma os indivíduos e funda um novo sujeito, o ativista, dentro dos movimentos sociais? Essa é a grande questão do trabalho que desenvolvi no mestrado em ciências sociais na UFES, durante os anos de 2013 à 2015, e que venho apresentar para o debate neste encontro. Antes de iniciar a apresentação da pesquisa, deixe-me fazer uma apresentação do contexto em que ela se deu. O Espírito Santo é um estado brasileiro relativamente pequeno, com uma população estimada em pouco mais de 4 milhões de pessoas divididas em 46 mil metros quadrados². É o menor estado da região Sudeste, já que os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, são muito maiores em extensão ou população e muito mais importantes econômica e politicamente no país. Vitória, a capital e a cidade onde foi realizada a pesquisa, é uma ilha de pouco mais de 360 mil habitantes em uma região metropolitana que chega a 2 milhões. Logo, as organizações, coletivos e entidades de movimentos sociais no estado são reduzidas:

1 Este texto corresponde a versão expandida da comunicação apresentada no Grupo de Trabalho 'Acciones Colectivas y Movimientos Sociales' do XXI Congresso ALAS em 2017. Trata-se de uma resenha da dissertação de mestrado defendida em 2015 na Universidade Federal do Espírito Santo com o título "O jeitinho das capixabas: movimento social LGBT e militantes trans no Espírito Santo". O trabalho completo está disponível em: <<http://repositorio.ufes.br/handle/10/1639>> acessado em 16/11/2017.

2 IBGE – população estimada julho/2017

existem poucos recursos (políticos, econômicos...) e poucas pessoas engajadas na mobilização (que se concentra na capital, embora existam coletivos e entidades no interior do estado). Contudo, no “campo” político capixaba existem ativistas travestis e transexuais engajadas politicamente e reconhecidas (seja por outros ativistas, seja pelo poder público) como importantes, ou ao menos, dignas de atenção e diálogo. São estas ativistas que entrevistei, e que me ajudaram a compor o trabalho que venho apresentar.

1. Teorias Antropológicas sobre “trânsitos de gênero” e Teorias Sociológicas dos Movimentos Sociais

Primeiramente, este trabalho é sobre ativistas travestis e mulheres transexuais capixabas e sua atuação (e formação) dentro dos movimentos sociais. No âmbito das ciências sociais brasileiras, mulheres transexuais e travestis não são exatamente uma novidade: existe uma ampla literatura, sobretudo antropológica, sobre estas pessoas, focando construção subjetiva, as normas e deslocamentos de gênero, as estratégias de saúde e combate a ISTs e as sociabilidades e enfrentamentos dos estigmas³. Mas são os debates sobre a construção e manutenção de identidades coletivas o fio condutor de grande parte desses trabalhos. Qual a diferença entre travestis e mulheres transexuais? Ou, em alguns casos, qual a diferença delas para o homossexual viril? Essas parecem, direta ou indiretamente, as grandes questões que o público (e a academia) se fazem. Como parto de um ponto de vista dos estudos *queer* de que é mais importante desvendar as relações sociais de poder e legitimação que criam as identidades e as posicionam de forma relativa dentro de uma dada formação social, seguirei a sugestão de Joan Scott (que não é exatamente queer) de não me ater a descrição da experiência travesti e transexual (essencializando essas experiências de estar-no-mundo). Contudo, se as identidades coletivas são armadilhas de encapsulamento de sujeitos e de criação de novas normas e poderes de regulação, como nos diz Foucault, os sujeitos não podem prescindir das identidades para a luta política. Um dos “paradoxos da diferença” de Scott é justamente que nos utilizamos das identidades (que nos oprimem e estigmatizam) para a luta por justiça e reconhecimento.

Se a descrição de uma identidade é um perigo de essencialização, a não descrição se apresenta como um perigo de invisibilidade. Me arrisco a uma definição ligeira de travestis e transexuais que poderá ser útil para essa análise. As duas identidades descrevem o que Marcos Benedetti chama de “trânsitos de gênero”, no caso, pessoas que nasceram e foram reconhecidas socialmente com o

3 As travestilidades foram etnografadas, por exemplo, por Marcos Benedetti, Larissa Pelúcio e Don Kulick. Já os protocolos de transexualização são o objeto da obra de Berenice Bento.

“sexo” masculino e que desenvolveram no decurso de sua vida uma identificação com o “feminino”. Em alguns casos, muitas vezes como estratégia política, travestis e mulheres transexuais se aninharam dentro do conceito de “pessoas trans”, uma forma contingente de criar unidade entre identidades coletivas específicas. Essa estratégia é descrita, por exemplo, nos trabalhos de Mario Felipe Carvalho e Bruno Barbosa, e é em certa medida utilizada pelas ativistas capixabas, uma vez que o movimento social no estado não é grande e a unidade é preferível a fragmentação. Como uma ressalva, os homens transexuais não foram incluídos nesta pesquisa já que o movimento de transmasculinidades ganha força, justamente, no período em que a dissertação estava para ser defendida. Em 2015 foi fundado o IBRAT-ES, e a partir deste momento que os rapazes começam a ingressar no “campo” político, e a novidade ficou fora do trabalho desenvolvido.

Voltando a questão da formação de uma ativista, as teorias de movimentos sociais também não ignoram que as identidades coletivas são importantes para a mobilização política. Ora são apresentadas como o cerne do processo de engajamento, mobilizando subjetivamente os indivíduos como nos diz Francesca Polletta ou tornando os episódios de opressão e injustiça como “choques morais” para a resposta coletiva de James Jasper. Em outras teorias, se não são o pilar dos movimentos sociais, são imprescindíveis para suprir os recursos escassos para a mobilização e manter as densas redes de ativistas durante os momentos de refluxo das ações contestatórias, nos moldes de Sidney Tarrow.

Seguindo os trabalhos antropológicos sobre a construção da identidade de pessoas trans, fica evidente que os espaços sociais de interação são elementos importantes na constituição das subjetividades e das identidades coletivas. Assim, “descobrimos” que a “pista” (ou as zonas de prostituição de rua) para as travestis são lugares perigosos (violência policial ou de clientes, perigos da prostituição não regularizada), mas também gratificantes (é lá que são valorizadas pelos clientes, encontram as amigas, são reconhecidas em sua feminilidade). Já para as mulheres transexuais, os protocolos, consultas e grupos de apoio dos “processos transexualizadores” são espaços de aprisionamentos e disputas, mas também de legitimação e construção subjetiva.

Seguindo a hipótese de Mario Felipe Carvalho, o mesmo processo deve ocorrer dentro dos movimentos sociais. Ao entrar em contato com um novo campo de disputas e interações, novos códigos (de conduta, vestimenta, fala), levam a mudanças mais profundas na subjetividade dos indivíduos. O ativismo como uma possibilidade de “purificação” dos processos de “abjeção” da prostituição (travesti) e da medicalização (mulher transexual), ou como ele mesmo formula, de

como “a 'puta' se tornou uma respeitável militante”.

De forma exploratória, utilizaremos a ideia de subjetividade e experiência coletiva (das perspectivas antropológicas) e a mobilização política em torno das identidades coletivas (das teorias sociológicas) para analisar as ativistas trans capixabas e sua formação como militante.

2. “Campo político” do movimento social LGBT capixaba e a formação das ativistas trans

Após as entrevistas com ativistas travestis e transexuais foi possível constatar que o “campo” político LGBT no Espírito Santo é composto por entidades, associações, coletivos e projetos de intervenção social muito variados. Existiam órgãos de classe (OAB e sindicato de professores), ONGs voltadas ao público LGBT, coletivos e grupos de pesquisa ligados à universidade e entidades consultivas da sociedade civil (Fórum Estadual LGBT). Usando o termo cunhado por Henri Ascerald, o campo político se assemelha com uma “nebulosa associativa”: é um campo 'disforme', sem forma institucional específica, e também 'opaco', pois não é possível 'ver' as motivações e conteúdos das associações estando fora delas.

Contudo, se o campo político LGBT é composto de várias iniciativas de movimentos sociais, o número de ativistas mobilizados é bastante reduzido e o pequeno número de pessoas se revezam ou ocupam diferentes posições dentro das associações. Não é possível falar de um movimento social de pessoas trans no Espírito Santo. As ativistas travestis e mulheres transexuais entrevistadas se referiam como militantes de direitos humanos, de movimentos culturais e da temática LGBT, mas não formulam sua atividade militante como inserida dentro de um 'movimento trans'.

Essa tendência de se referenciar num “frame” mais amplo (direitos humanos ou movimento LGBT) para tratar das questões específica, e a própria estratégia discursiva de se utilizar o termo abrangente “pessoas trans” como forma de coalizam entre travestis e transexuais, são respostas estratégicas do contexto de baixa mobilização do estado.

Logo é possível entender que o conjunto de associações tem um duplo caráter constitutivo, já que ele é produzido pela ação das ativistas (as diferentes formas associativas respondendo a demandas, táticas e objetivos distintos) e também produtor de militantes (os formatos e relações entre as associações delimitam as possibilidades de ação, os conteúdos discursivos, as bandeiras, palavras de ordem e as visões de mundo). Por isso compreendemos essa “nebulosa associativa” como um “campo político” num sentido próximo ao de Pierre Bourdieu.

3. “Quadros cognitivos coletivos” e “campos” de atuação: limites de uma análise

Para finalizar, importante apontar uma crítica que a pesquisa recebeu quanto a sua fundamentação teórica, que buscava (de forma quase simultânea) perceber o “. Embora o objetivo não seja alcançar uma nova síntese teórica que pudesse conciliar os dois pontos de vista, seria mais interessante pensar se as duas propostas de análise são mesmo antagônica.

O interacionismo simbólico de Erving Goffman, principal influência para as teorias de análise de 'quadros' cognitivos, prega que os conteúdos culturais são construídos na interação entre pessoas e pelas diversas reações que desencadeiam. Quando analisamos os 'frames' que enquadram as ideais, objetivos e estratégias disponíveis para os movimentos sociais temos em mente que estes conteúdos culturais da luta política não são produzidos antes, mas durante a mobilização. É o ato de fazer política que permite ativar e produzir os 'quadros' cognitivos, a mobilização engajando o “fluxo de experiência” que é afetiva, cognitiva e normativa, conforme nos fala Daniel Cefaï. Já a teoria praxiológica nos alerta que cada relação social ocorre dentro de um “campo” com regras e valores próprios (doxa), e que este campo dotado de uma 'estrutura' também influencia nas interações concretas, 'estruturando' as experiências individuais.

Assim 'interação' e 'espaço social', ou de forma mais genérica 'ação' e 'estrutura', aparecem como antitéticas nas produções dos autores: a agência individual dos 'atores' que interagem interpretando 'papeis sociais' em situações 'dramatizadas' parece não coadunar com uma análise voltada para os elementos 'estruturados' dos espaços sociais que acabam 'estruturando' a ação dos agentes que internalizaram habitus específicos decorrentes de espaços específicos. Ao reduzir a questão a uma oposição ação x estrutura acabamos encontrando um velho dilema das ciências sociais, que a nosso ver é um falso dilema: tanto a ação individual quanto a pressão do meio social devem ser levadas em conta para analisar o engajamento em movimentos sociais.

Nossa sugestão seria retomar o conceito de experiência para permitir analisar essa negociação entre a produção ativa e agenciada dos conteúdos culturais/cognitivos, por um lado, e sua acomodação/negociação com os conteúdos culturais/cognitivos 'cristalizados' nas estruturas que compõem o 'campo'. A experiência permite pensar o sujeito “posicionado” e “constituído” nos diversos eixos de diferenciação presentes na sociedade (Avtar Brah) e, também, como a ação coletiva “se organiza, então, organizando seus ambientes” através de “critérios de experiência que vão permitir a seus atores que se orientem, compreendam o que fazem e o que as circunstâncias fazem deles” (CEFAÏ, 2009, p. 28)

Referências

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais: o caso do movimento por justiça ambiental. *Revista Estudos Avançados*, n. 24, 2010, p. 103-119
- BARBOSA, Bruno C. Nomes e Diferenças: uma etnografia dos usos das categorias travesti e transexual. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-Graduação em antropologia Social (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo). 2010 (121 páginas)
- BENEDETTI, Marcos. *Toda Feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2005
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David A. Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Revista Annual Review of Sociology*, n. 26, 2000, p. 611-39
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro. Editora Garamond. 2006
- _____. *O que é Transexualidade?* São Paulo. Editora Brasiliense. 2008
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 14ª edição. Rio de Janeiro. Editora Bertrand Brasil. 2010
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Revista Cadernos Pagu*, n. 26, janeiro-junho de 2006, p. 329-376
- CARVALHO, Mario Felipe de L. *Que mulher é essa? Identidade, política e saúde no movimento de travestis e transexuais*. Dissertação (mestrado) – programa de Pós-graduação em Saúde Coletiva. Instituto de Medicina Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro). 2011 (147 páginas).
- CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, abr./maio/jun de 2009, p. 11-48
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. São Paulo. Editora Martins Fontes. 2001
- JASPER, James M. ¿De la estructura a la acción? La teoría de los movimientos sociales después de los grandes paradigmas. *Revista Sociológica*, ano 27, n. 75, 2012, p.7-48
- _____. Recruiting strangers and friends: moral shocks and social networks in animal rights and anti-nuclear protests. *Revista Social Problems*, vol 42, nº 4. novembro de 1995, p. 493-511
- KULICK, Don. *Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro. Editora Fiocruz. 2008
- PELUCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de aids*. São Paulo. Editora Annablume / FAPESP. 2009
- POLLETA, Francesca; JASPER, James. Collective Identity and Social Movements. *Revista Annual Review of Sociology*, vol. 27, 2001, p. 283-305
- SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. *Revista Projeto História*. São Paulo, n. 16, fevereiro de 1998, p. 297-325
- _____. O enigma da igualdade. In: *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 13, n. 1, janeiro-abril. 2005, p. 11-30
- TARROW, Sidney. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis. Editora Vozes. 2009